

HABEAS CORPUS Nº 571.101 - MG (2020/0081272-2)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : ANDREA ABRITTA GARZON TONET - MG061170
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOSE CELLES JUNIOR (PRESO)
PACIENTE : TIAGO DOS SANTOS BENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

JOSÉ CELLES JUNIOR e TIAGO DOS SANTOS BENTO alegam sofrer coação ilegal no seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** que, na Apelação Criminal n. 1.0439.11.014469-8/001, determinou o início da execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação.

A defesa assinala que foi concedido o direito de recorrer em liberdade aos pacientes. Por essa razão, requer a observância da decisão proferida em ação declaratória de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADC's 43, 44 e 54, com a expedição de alvará de soltura aos sentenciados.

Decido.

Aos réus foi concedido o direito de recorrer da sentença condenatória em **liberdade**. Após o julgamento da apelação criminal e sem que a Corte estadual se manifestasse sobre eventual prisão preventiva, determinou-se a execução imediata da pena com base no anterior entendimento firmado pela Suprema Corte no ARE n. 964.246/SP (julgado em 11/11/2016), de que era possível a execução do acórdão de segundo grau antes do trânsito em julgado da condenação, na pendência de recursos especial e extraordinário.

Entretanto, no dia 7/11/2019, o **Supremo Tribunal Federal**

modificou sua compreensão sobre o tema, ao concluir o julgamento das ADCs 43, 44 e 45. Por maioria de votos (6 X 5), o Plenário decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso para o início do cumprimento da pena. **O art. 283 do CPP** está em conformidade com a garantia prevista no art. 5º, LVII, da Constituição Federal.

A decisão proferida em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, e não pode, igualmente, ser objeto de ação rescisória (art. 26 da Lei n. 9.986/1999). Tem eficácia contra todos e efeito vinculante, inclusive em relação aos órgãos do Poder Judiciário. Desde 7/11/2019, no estado de coisas atual, não se pode dar início a execução após o exaurimento da jurisdição ordinária. Entretanto, **permanece a possibilidade de prisão *ante tempus***, por ato judicial motivado, mediante indicação concreta de razões fáticas e jurídicas que a justifiquem, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

In casu, tem-se que os paciente estavam soltos quando o Tribunal de origem julgou a apelação defensiva; após esse julgamento determinou-se a execução imediata da pena. Assim, deve ser concedida, *in limine*, a ordem a fim de que cessar o constrangimento apontado pelos acusados.

Ante o exposto, **concedo, *in limine*, o habeas corpus para suspender os efeitos do acórdão impugnado**, notadamente na **parte em que determina a expedição de mandado de prisão**, com fim de execução imediata da pena imposta aos pacientes, que deverão **permanecer em liberdade até o trânsito em julgado da condenação**, se por outro motivo não houver necessidade de serem presos.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**